

Apresentação

Este Relatório Anual para o ano financeiro de 2010-11 (1 de Julho de 2010 a 30 de Junho de 2011) é o último relativo à atividade da Autoridade Bancária e de Pagamentos durante um ano financeiro completo. Tal deve-se ao facto de a ABP dar origem ao Banco Central de Timor-Leste a partir do dia 13 de Setembro de 2011.

A aprovação pelo Parlamento Nacional e posterior publicação (15 de Junho de 2011), depois da promulgação por Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Ramos Horta, da Lei nº 5/2011 sobre a Lei Orgânica do Banco Central foi, aliás, o principal momento da vida da ABP durante o ano financeiro em análise, coroando vários anos de trabalho de muitos agentes que se envolveram, em momentos diferentes, no processo de criação daquela que é a última grande instituição prevista na nossa Constituição.

Aproxima-se, pois, o momento final da vida da ABP. Tais momentos costumam ser de tristeza e para nós tal também é verdade mas a certeza do dever cumprido e de que durante a vida da ABP se fortaleceram as bases do que vai ser o novo Banco Central de Timor-Leste dá-nos, a todos os que trabalham nesta casa, uma alegria que nos ajuda a suportar a tristeza da partida de uma “amiga” de quase dez anos, já que a ABP viu a luz do dia em 30 de Novembro de 2001, ainda durante a administração do nosso país pela ONU. Como diz uma conhecida expressão “o [velho] Rei morreu! Viva o [novo] Rei!”

Durante o período em análise sentiu-se alguma melhoria da situação económica e financeira internacional mas tornou-se também evidente que a recuperação desta vai ser mais longa que o inicialmente previsto e com momentos de sobressalto devido à instabilidade que se verifica nos mercados financeiros e cambiais.

Esta situação tem afetado pouco a economia nacional mas a tendência à desvalorização do dólar americano têm contribuído para o agravamento do custo das nossas importações. Por outro lado, a continuação das baixas taxas de juro têm-se refletido nos ganhos do Fundo Petrolífero.

Quanto à economia nacional, registre-se, antes de mais, que uma das vantagens da passagem de ABP a Banco Central é que o ano financeiro passa a coincidir com o ano fiscal e o ano civil, facilitando as análises económicas, normalmente baseadas em estatísticas anuais (anos civis) e não em anos financeiros. Um dos exemplos mais importantes disto é a Contabilidade Nacional e as informações sobre as variações do Produto.

Segundo estimativas do Governo o PIB em 2010 e em 2011 cresceu/crescerá 9,5% e 11,2%. As estimativas do FMI são menos otimistas: 6,1% em 2010 e 7,3% em 2011.

Seja como for, é nítido que começam a ser evidentes os resultados dos esforços do Governo para acelerar o crescimento económico através do significativo aumento dos Gastos Públicos. Infelizmente, porém, estes parecem ser responsáveis, em parte, pelo significativo aumento da taxa de inflação, que dificilmente ficará, em 2011, abaixo dos 9-10%, o que constitui um “imposto” significativo sobre os nossos cidadãos de menores rendimentos. Uma maior coordenação entre as políticas orçamental e monetária pode ser essencial para a obtenção de melhores resultados no domínio de um desenvolvimento económico com um nível baixo de inflação.

A grande dependência de Timor-Leste em relação às importações de países vizinhos continua, não se tendo progredido nada nesse domínio. Aliás, a intensificação do esforço de investimento público pode, até traduzir-se em algum agravamento da situação já que a componente importada deste é, em geral, elevada. Parece tornar-se necessário um esforço para começar a “internalizar” algumas das produções até

agora importadas e o Estado pode ter um papel importante no incentivo a esta “substituição [ainda que muito limitada] de importações.

Quanto à atividade da ABP, ela continuou, como nos demais anos, a concentrar-se na consolidação da instituição em si mesma e sua preparação para a conversão em Banco Central de Timor-Leste, por um lado, e à consolidação do sistema monetário-financeiro do país. Atenção muito grande foi posta na preparação da legislação e do aparelho necessário ao controlo dos atos de lavagem de dinheiro e de luta contra o financiamento do terrorismo internacional. Porém, e naturalmente, o maior esforço foi colocado na participação, a convite do Parlamento Nacional, nos debates que levaram à aprovação da Lei Orgânica do Banco Central.

A ABP tem sido o gestor operacional do Fundo Petrolífero e o desempenho dessas funções continuou a merecer toda a nossa atenção, tendo sido possível chegar ao fim do ano financeiro com um capital deste da ordem dos 8,3 mil milhões de USD. A ABP foi também chamada pelo Ministério das Finanças a pronunciar-se --- o que fez sob a forma de um parecer detalhado e fundamentado --- sobre as propostas de alteração à Lei do Fundo Petrolífero a apresentar pelo Governo ao Parlamento Nacional.

Finalmente e como vem sendo usual, resta-me, como Diretor-Geral da ABP, agradecer a quantos, funcionários da ABP ou “apenas” nossos parceiros de atividade ou interlocutores em vários momentos, contribuíram para mais um ano de consolidação da “Autoridade” e de afirmação desta como uma das instituições de referência no nosso país. Bem hajam todos!

Dili, 30 de Outubro de 2011



Abraão de Vasconcelos
Director-Geral